



## SINTFESP-GO/TO avalia positivamente negociações firmadas no ano de 2011

O ano de 2011 está chegando ao fim com saldo positivo para as carreiras da Seguridade Social e Seguro Social no que diz respeito à garantia de conquistas e abertura de espaços para negociações. Mesmo acreditando que os avanços poderiam ter sido melhores, a Diretoria Colegiada do SINTFESP-GO/TO avalia que nas duas carreiras houve desdobramentos significativos que auxiliarão na continuidade do processo de discussão e prosseguimento da luta da categoria.

No INSS, a Portaria MPS nº 238/2011 criou um Grupo de Trabalho para discutir propostas de adequações na estruturação e nos critérios de desenvolvimento da Carreira do Seguro Social. Neste sentido, um relatório foi produzido sobre a jornada de trabalho dos servidores e o funcionamento das Agências de Previdência Social (APS) e, ainda, sobre a estrutura remuneratória da categoria, que solicitou incorporação de gratificações e GDASS, já que até 72% da remuneração ainda são decorrentes de parcelas variáveis.

O SINTFESP-GO/TO ressalta também a discussão que foi feita sobre a atribuição dos técnicos e analistas, que possuem trabalhos idênticos, porém vencimentos com até 30% de diferença, e a implantação do adicional de incentivo à qualificação no âmbito da formação acadêmica e formação profissional. Outro ponto que merece destaque é a imediata implantação do funcionamento das APS em dois turnos de seis horas a partir de 1º de março de 2012.

Já na Seguridade Social, o estudo que dispõe sobre a estrutura remuneratória dos servidores do

Ministério da Saúde foi aprovado no Grupo de Trabalho (GT) da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde e apresentado à Mesa, restando apenas apreciação do ministro da Saúde, Alexandre Padilha e a emissão de um aviso ministerial (*leia mais no verso*).

Além disso, a CNTSS se recusou a assinar o termo de acordo nº 10/2011, que dispõe sobre o processo de reestruturação e modernização de diferentes carreiras e planos de cargos, por entender que a proposta não contemplava toda a categoria. De início, houve um mal entendido e a confederação foi excluída das discussões posteriores, todavia, em reunião com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MPOG), Duvanier Paiva Ferreira, no dia 13 de dezembro, as negociações foram retomadas com a CNTSS e uma nova reunião já está agendada para o dia 02 de fevereiro de 2012 (*leia mais no verso*).

Neste sentido, a Diretoria Colegiada do SINTFESP-GO/TO considera que a expectativa para 2012 é de que as negociações de médio e longo prazo tenham êxito e que todas as pautas de negociações, já agendadas, sejam efetivadas. Quanto à questão jurídica, o SINTFESP-GO/TO reafirma que está trabalhando arduamente para o pagamento da execução de ações com o pedido de precatório dos 28% no Ministério da Saúde e emissão de Recibo de Pequenos Valores (RPV) dos anuênios para o INSS. Além disso, a entidade continua firme na luta pela implementação do Mandado de Injunção nº 880 para seus filiados que têm direito, incluindo os que têm pendências de efeitos financeiros.

### 30 HORAS NO INSS JÁ!

A implantação das 30 horas à todos os servidores das Agências da Previdência Social (APS) do INSS foi confirmada no dia 10 de novembro, durante audiência em Brasília, pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves e pelo presidente do INSS, Mauro Hauschild. Neste sentido, o INSS se comprometeu a publicar uma resolução oficializando a decisão até o dia 30 de novembro, todavia, até o momento, nenhum documento foi apresentado. O SINTFESP-GO/TO reitera que, após dois anos de luta, todos os esforços serão concentrados com o objetivo de garantir os dois turnos ininterruptos de seis horas. Para isso, a Diretoria Colegiada do sindicato se compromete a atuar em cada APS, a partir de janeiro, junto aos gestores, gerentes das agências e servidores pela implementação desta medida: 30 horas no INSS já!

## Mesa de Negociação aprova estrutura remuneratória dos servidores do Ministério da Saúde

Foi aprovado no dia 6 de dezembro, durante reunião do Grupo de Trabalho (GT) da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde, em Brasília, o Estudo Técnico nº 88/2011 que dispõe sobre a estrutura remuneratória dos servidores do Ministério da Saúde (MS). A proposta, que foi elaborada pela subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), foi apresentada oficialmente à Mesa na manhã de terça-feira (13), durante a terceira reunião ordinária da MSNP/MS.

Segundo Terezinha Aguiar, vice-presidente da CNTSS e diretora de Assuntos Jurídicos do SINTFESP-GO/TO, a expectativa agora é que as negociações avancem na mesa setorial com o apoio e compromisso do ministro da saúde, Alexandre Padilha, e da ministra do Planejamento, Miriam Belchior. “Os trabalhadores vêm sendo penalizados desde 2008 com as negociações. Este estudo recupera parte do prejuízo, todavia, ainda é necessário intensificar a discussão de uma proposta concreta para a recomposição das tabelas salariais da categoria. Não podemos permitir que este documento estacione como o aviso ministerial nº 553, que desde julho está sem encaminhamento”, ressalta.

De acordo com o documento, foram utilizados como parâmetros para elaboração da proposta: a Carreira da PST como atual estrutura salarial dos servidores, mantendo as mesmas classes e padrões em 2013 e 2014; a remuneração total correspondente a 50% do reajuste previsto, variando de nível e referência salarial, até alcançar os valores de 2014; a proposta de proporcionalidade tendo em vista 65% VB e 35% gratificação (2013) e 70% VB e 30% gratificação (2014); 100 pontos para as gratificações dos servidores ativos e 50 pontos para aposentados e pensionistas; a ainda remuneração dos servidores aposentados e pensionistas a partir das remunerações estabelecidas a cada ano aos servidores ativos;

Para o nível superior, foi proposto vencimento básico e gratificação específica da carreira, considerando que em 2014, a remuneração total é compatível com os valores da estrutura remuneratória especial, prevista na lei 12.277/2010. Já para o nível intermediário, principal beneficiado desta proposta, foi considerada a tabela salarial do seguro social (nível intermediário, julho de 2011, 40 horas) composta por VB + GAE + GDASS em 100 pontos. Os valores finais (2014) do nível auxiliar correspondem à aplicação do índice do nível superior.

A previsão é de que a implantação das tabelas tenha um impacto de R\$ 9 bilhões nos anos de 2013 e 2014. Agora, a proposta será apresentada ao ministro da Saúde e, se aprovada, um aviso ministerial será emitido.

## Secretaria de RH do Ministério do Planejamento retoma negociações sobre CPST com a CNTSS

Com o objetivo de retomar o canal de negociação sobre o processo de reestruturação e modernização da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (CPST) com o Governo Federal, a vice-presidente da CNTSS e diretora do SINTFESP-GO/TO, Terezinha Aguiar, juntamente com o secretário de comunicação da entidade, Sandro Alex, e os diretores do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado de Sergipe (SINDIPREV-SE) e membros da direção da CNTSS, Joaquim Souza e Luiz Carlos Vilar, esteve na tarde da última terça-feira (13), em Brasília, em reunião com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MPOG), Duvanier Paiva Ferreira.

Na ocasião, Terezinha ressaltou a contribuição da CNTSS no processo de discussão e negociação sobre a reestruturação da Carreira com o Governo Federal, independente de sua posição contrária ao termo de acordo proposto pela SRH/MPOG. “Sempre estivemos presentes nas negociações. Valorizamos a discussão e não o confronto. Mesmo com o fim desta primeira etapa, temos buscado conhecer melhor o Projeto de Lei 2203 e outros documentos com a perspectiva de dar continuidade às conversas sobre as demandas da CPST. Reconhecemos que houve avanços em alguns pontos. Não assinamos o termo de acordo, mas temos total interesse em prosseguir com esta discussão”, salientou.

O termo de acordo nº 10/2011, que dispõe sobre o processo de reestruturação e modernização de diferentes carreiras e planos de cargos, é resultado das negociações entre o Governo Federal e entidades e foi assinado no dia 30 de agosto apenas pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). A CNTSS se recusou a assinar o documento por entender que a proposta não contemplava toda a categoria.

Esclarecido sobre o mal entendido que havia acerca da posição da CNTSS sobre o termo de acordo, Duvanier concordou em retomar as discussões com a entidade e já agendou um próximo encontro para o dia 02 de fevereiro de 2012 às 15 horas, na SRH/MPOG. Os diretores da CNTSS, que estiveram presentes na reunião, consideraram o encontro positivo e de extrema importância para a categoria, pois avaliam a postura de Duvanier decisiva para retomar as negociações previstas para os anos de 2013 e 2014 e dar continuidade no processo de nivelamento das estruturas remuneratórias com a estrutura especial prevista na Lei 12.277/2010, bem como de todo o processo de reestruturação dos planos de cargos e carreiras.

**CONFIRA AS MATÉRIAS NA ÍNTEGRA EM NOSSO SITE: [www.sintfesp.org.br](http://www.sintfesp.org.br)**